

Amagis

NA IMPRENSA

JULHO DE 2010

MIGALHAS, CNJ E JUSBRASIL (SITE) • 16 A 25 DE JUNHO DE 2010



Sexta-feira, 25 de junho de 2010

Carta de Minas Pelas Crianças

Amagis reafirma parceria com MG em prol da criança e do adolescente



O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, acompanhado de membros da diretoria, e o juiz mineiro, Paulo Tamburini, conselheiro do CNJ, estiveram no último dia 16/6, na Cidade Administrativa, sede do Governo de Minas Gerais.

Na ocasião, o juiz Bruno Terra e demais autoridades e representantes dos poderes públicos assinaram a Carta de Minas Pelas Crianças, reafirmando o compromisso junto ao Governo de Minas com a proteção das crianças e adolescentes do Estado.

A solenidade marcou o lançamento da expansão da Rede de Proteção Social de Minas Gerais e das novas ações da campanha Proteja Nossas Crianças, lançada em 2008 pelo Governo de Minas por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) e do Servas (Serviço Voluntário de Assistência Social), com o apoio da Amagis.

Minas Gerais, facilitando o acesso de grupos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais e em situação de pobreza ou miséria a serviços sociais básicos, garantindo o direito à saúde, assistência social, jurídica e psicológica entre outros.

Amagis reafirma parceria com Governo de Minas em prol da criança e do adolescente

Extraído de: Associação dos Magistrados Mineiros - 16 de Junho de 2010

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, o diretor da revista Amagis Jurídica, juiz Gilson Soares, e o diretor do Departamento de Ação Social da Associação, juiz Artur Bernardes, estiveram nesta quarta-feira na Cidade Administrativa. Na ocasião, os magistrados, acompanhados de diversas autoridades e representantes dos poderes públicos, entre eles o juiz mineiro Paulo Tamburini, conselheiro do CNJ, participaram da solenidade de lançamento da expansão da Rede de Proteção Social de Minas Gerais e das novas ações da campanha Proteja Nossas Crianças. Os parceiros assinaram a Carta de Minas Pelas Crianças, reafirmando o compromisso junto ao Governo de Minas com a proteção das crianças e adolescentes do Estado.

Amagis participa da Campanha Proteja Nossas Crianças

ver as 9 relacionadas

O objetivo da campanha Proteja Nossas Crianças, lançada em 2008 pelo Governo de Minas por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) e do Servas (Serviço Voluntário de Assistência Social), com o apoio da Amagis, é ampliar e consolidar a rede de proteção social construída em Minas Gerais, facilitando o acesso de grupos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais e em situação de pobreza ou miséria a serviços sociais básicos, garantindo o direito à saúde, assistência social, jurídica e psicológica entre outros. Diversos convênios foram assinados e ações foram concretizadas durante o encontro. Entre elas, a doação de veículos e kits de informática aos conselhos tutelares de 208 municípios mineiros. Foi anunciado ainda o investimento de R\$11,6 milhões do Tesouro Estadual na construção de novos Centros de Referência de Assistência Social e de Atendimento Sócio Infantil em 129 municípios.

O governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, agradeceu a todos os parceiros e destacou a importância da participação de todas as entidades, instituições, representantes dos poderes públicos e a sociedade civil para o sucesso da campanha. De nada adiantaria o esforço gigantesco do governo do Estado em parceria com os prefeitos se não tivéssemos a atuação permanente da sociedade civil mas é a adesão de maneira verdadeira, ampla, corajosa, leal dos empresários, da sociedade que pode transformar a nossa realidade. Estamos apostando e investindo no futuro de nosso Estado e das novas gerações. Por isso é tão importante que haja a participação dos nossos parceiros, juntamente com a ação do Poder Judiciário, inclusive da Amagis, que está representada aqui hoje pelo seu presidente; do Ministério Público, e de todos os Poderes do Estado. Essa união de esforços, que já vem apresentando em Minas excelentes resultados, terá boa continuidade com a Carta de Minas, na qual os parceiros reafirmaram seus propósitos, disse o governador de Minas.

A Amagis esteve presente no lançamento da campanha, com o presidente da Associação, juiz Bruno Terra, e o vice-presidente, juiz Artur Bernardes. Hoje nós reafirmamos nosso compromisso com a campanha estadual prestando apoio institucional à iniciativa, o que nos compete, através de nosso Departamento de Ação Social e nossos diretores, a promover esforços na busca da melhor realização dos objetivos do programa, que são a tutela da integridade das nossas crianças, especialmente aquelas que estejam em regiões de maior risco material ou moral. Essa é a grande virtude do programa, o que alavanca a ação da sociedade civil no resgate da dignidade da nossa infância, afirmou o juiz Bruno Terra, nesta quarta-feira.

O evento desta quarta-feira mostra o engajamento do Estado e dos municípios mineiros na questão da defesa do interesse do menor especialmente daqueles menos favorecidos. Nos conforta bastante perceber que o Estado e a sociedade civil estão engajados na defesa do interesse da criança. A Amagis, através do Departamento de Ação Social, também está engajada nesta luta, afirmou o juiz Artur Bernardes Lopes, diretor do Departamento de Ação Social da Amagis. Também fazem parte do Departamento de Ação Social da Amagis, os juizes Oílson Nunes e Sandra Saetele.

O projeto Proteja Nossas Crianças demonstra o interesse do governo em dar maior subsídio e maior proteção a todos os conselhos tutelares do interior para que possam agir de forma a evitar a quantidade de crimes que vem sendo cometidos contra as crianças. A atuação da Amagis perante ao governo neste projeto demonstra o interesse dos magistrados mineiros em atuar junto à comunidade na proteção das crianças, afirmou o juiz Gilson Soares Lemes.

O conselheiro da Conselho Nacional de Justiça, juiz mineiro Paulo Tamburini, destacou a importância do programa. Este projeto é extremamente importante para a sociedade mineira e brasileira a título de exemplo. O CNJ tem um amplo guarda-chuva de projetos e programas de proteção a infância e juventude e outros já em execução, dada a relevância do tema, o que envolve todos os magistrados e o Poder Judiciário em geral, afirmou.



Conselheiro do CNJ participa do lançamento da campanha Proteja Nossas Crianças em MG

Sexta, 18 de Junho de 2010

O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Paulo de Tarso Tamburini participou, na última quarta-feira (16/06), da solenidade de lançamento da expansão da Rede de Proteção Social de Minas Gerais e das novas ações da campanha Proteja Nossas Crianças, em Belo Horizonte. A campanha visa ampliar a rede de proteção social construída em Minas Gerais, facilitando o acesso de grupos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais e em situação de pobreza ou miséria a serviços sociais básicos. A ideia é garantir o direito à saúde, assistência social, jurídica e psicológica entre outros.

A iniciativa foi lançada em 2008 pelo Governo de Minas por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) e do Servas (Serviço Voluntário de Assistência Social), com o apoio da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Paulo Tamburini, destacou a importância do programa. "Este projeto é extremamente importante para a sociedade mineira e brasileira a título de exemplo. O CNJ tem um amplo 'guarda-chuva' de projetos e programas de proteção a infância e juventude e outros já em execução, dada a relevância do tema, o que envolve todos os magistrados e o Poder Judiciário em geral", afirmou.

Fonte: Amagis-MG

mg.gov.br

Agência Minas - Notícias do Governo do Estado de Minas Gerais

Você está em: [Início](#) » [Notícias](#) » [Social](#) » Sedese coordena grupo de trabalho sobre criação de Casas de Justiça e Cidadania

Sedese coordena grupo de trabalho sobre criação de Casas de Justiça e Cidadania



Amagis debate metas sociais com Governo do Estado

Extraído de: Associação dos Magistrados Mineiros - 18 de Junho de 2010

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, o membro do Conselho Deliberativo da Associação, juiz Gilson Lemes, e o juiz Paulo Tamburini, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estiveram presentes hoje, 18, na Cidade Administrativa, onde reuniram-se com as secretárias de Estado de Relações Institucionais, Maria Coeli, e de Desenvolvimento Social, Ana Lúcia Gazzola.

Na ocasião, foi debatida a necessidade do desenvolvimento de atividades para o alcance de metas sociais por parte dos poderes públicos e da sociedade civil. O conselheiro Paulo Tamburini apresentou uma série de iniciativas que o CNJ vem empreendendo na área social e que têm apresentado resultados positivos. Ele propôs a realização e ampliação dessas iniciativas em Minas.

A Amagis, parceira do Governo de Minas, se comprometeu a atuar ativamente nas discussões e vai buscar junto a o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) os dados necessários à verificação do contingente de demanda reprimida em matérias de investigação de paternidade e realização de exames de DNA.



Notícias

16/06/2010 - Presidente do TJ recebe Amagis



Rodrigo Vilça

VISITA - Diretoria da Amagis dá as boas-vindas ao novo presidente do TJ

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Cláudio Costa, recebeu hoje, em seu gabinete, visita de cortesia da Diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Os visitantes vieram dar as boas-vindas ao dirigente do Judiciário mineiro, empossado no início do mês, e apresentar pauta de reivindicações, que ficou de ser analisada pelo presidente.

Assessoria de Comunicação Institucional - Ascom

TJMG - Unidade Goiás
(31) 3237-6568
ascom@tjmg.jus.br

Autoridades são homenageadas pela PMMG

Extraído de: Associação dos Magistrados Mineiros - 13 horas atrás

Em solenidade realizada na noite desta quarta-feira, 9, a Polícia Militar de Minas Gerais homenageou diversas autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da capital e do interior de Minas, além de instituições, com a Medalha Alferes Tiradentes, a maior comenda da corporação. Entre os agraciados estão: o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto; a ministra do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Teixeira Rocha; o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa; o presidente da Amagis, juiz Bruno Terra Dias; o diretor Executivo da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG), juiz José do Carmo Veiga de Oliveira; a juíza Auditora da 4ª Circunscrição, Eli Ribeiro de Brito; e o presidente do TRT, desembargador Eduardo Augusto Lobato.

A abertura foi feita pelo comandante-geral da PMMG, cel. Renato Vieira de Souza, que saudou todas as autoridades presentes. O meu dever nesta solenidade é reafirmar aos cidadãos mineiros e as autoridades que aqui os representam a grandeza e a importância da Polícia Militar de Minas Gerais. A PMMG é hoje uma potência à disposição da sociedade, tanto como sua maior riqueza os seus integrantes. Essa bicentenária organização só alcança tão grandes e sucessivos êxitos no cumprimento de sua missão porque desfruta da confiança da sociedade e das instituições do sistema de Defesa Social. Para reconhecer o peso e o valor desse apoio, distinguimos às autoridades, cidadãos e organizações com a mais expressiva homenagem prestada pela PMMG, que é a medalha Alferes Tiradentes, concluiu o comandante agradecendo em nome de todos os integrantes da Polícia às autoridades homenageadas.

O governador Antônio Augusto Anastasia parabenizou toda a Corporação, que de acordo com ele, é motivo de orgulho para os mineiros. Nas comemorações devemos dirigir os parabéns e os cumprimentos à pessoa ou à instituição que está realizando a sua data comemorativa, no caso, a Polícia Militar. Mas ousar dizer que nesta solenidade devemos cumprimentar sim a Polícia, mas, devemos cumprimentar e parabenizar ainda mais o Estado de Minas Gerais, por ter o orgulho, a oportunidade e a honra de ter uma PM como a nossa, servindo e atuando a favor dos mineiros há 235 anos, disse.

Para o juiz Bruno Terra, que recebeu a condecoração, ser homenageado com a mais alta Comenda da Polícia Militar é uma honra. Muito mais que o mérito pessoal, a homenagem da PMMG demonstra a harmonia e o reconhecimento entre as instituições. A Medalha Alferes Tiradentes

Para o juiz Bruno Terra, que recebeu a condecoração, ser homenageado com a mais alta Comenda da Polícia Militar é uma honra. Muito mais que o mérito pessoal, a homenagem da PMMG demonstra a harmonia e o reconhecimento entre as instituições. A Medalha Alferes Tiradentes dignifica extremamente quem a recebe. Agradeço, não apenas à Polícia Militar, mas à dignidade da conduta dos meus antecessores na presidência da Amagis, sem a qual não haveria esse mútuo reconhecimento entre a magistratura, representada pela Associação, e o Estado de Minas Gerais, personalizado na Polícia Militar, afirmou o magistrado.



10 de junho de 2010 ISSN 1809-2829

TJ-MG instala câmaras e empossa desembargadores

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais instalou, na quinta-feira (27/5), mais duas câmaras criminais. Na mesma data, oito novos desembargadores foram nomeados. Eles atuarão nas câmaras. Além destes, mais dois membros, ainda em definição, vindos do Ministério Público e da OAB atuarão nas câmaras.

Segundo a Associação dos Magistrados de Minas Gerais, a instalação das câmaras e o aumento no número de desembargadores são resultados de trabalhos da Associação.

Para o presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, a instalação das câmaras e a posse dos novos desembargadores é motivo de alegria. "Trata-se de um grande investimento na nossa sociedade, pois já está claro que o TJ-MG vive dificuldades para dar vazão ao volume imenso de processos criminais que lá chegam cotidianamente", disse.

Na avaliação do diretor executivo da Escola Judiciária do TRE-MG, juiz José do Carmo Veiga de Oliveira, com a instalação das duas câmaras o Judiciário mineiro terá mais celeridade no julgamento dos processos. "Isso cria uma expectativa muito grande em termos de melhoria da prestação jurisdicional", ressalta.

Segundo o presidente do TJ-MG, desembargador Sérgio Resende, foi a ampliação da segunda instância, que possibilitou a promoção de oito juizes ao cargo de desembargador. Com informações da Assessoria de Imprensa da Amagis.



Texto publicado terça, dia 29 de junho de 2010

NOTÍCIAS

CNJ não pode remover juiz se TJ não analisou o caso

POR CESAR DE OLIVEIRA

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar para anular a remoção do juiz titular da 1ª Vara Cível da Comarca de São João Del Rei, determinada pelo Conselho Nacional de Justiça. Segundo o ministro, esse tipo de decisão cabe ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e não ao CNJ. Até a decisão final no Mandado de Segurança, o juiz permanece no cargo.

O pedido da liminar foi feito pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

Para justificar a decisão, o ministro disse que quando se trata de processos disciplinares de juízes e membros de tribunais é preciso esgotar a atuação de origem, porque conforme o inciso VIII do artigo 93 da Carta da República, "cabe ao tribunal, de início, o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, observado o voto da maioria absoluta".

Marco Aurélio alega que houve "queima de etapas incompatível". O CNJ afastou o juiz, a partir de um requerimento do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sob a alegação de prática de conduta incompatível com os deveres funcionais, após a Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais ter aplicado pena de advertência ao juiz. De acordo com o conselho, o juiz foi punido por colocar arma de fogo em cima da mesa, na sala de audiências do foro da Comarca de São João Del Rei, após ser ofendido verbalmente pelo promotor de Justiça eleitoral.

"Os demais temas, ligados ao mérito da decisão do Conselho Nacional de Justiça, hão de ser examinados caso ultrapassado o vício de procedimento, a óptica segundo a qual deu-se, na espécie, verdadeiro atropelo, substituindo-se o Conselho ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Registro concorrer o risco de manter-se com plena eficácia o quadro ante o implemento da providência determinada pelo citado Conselho – a remoção do magistrado, titular da 1ª Vara Cível da Comarca de São João Del Rei", concluiu o ministro Marco Aurélio.

TRE/MG E DIREITO EM AÇÃO (SITE) • 28 DE MAIO DE 2010

Seminário em Uberlândia debate legislação para as eleições 2010

A aplicação da legislação para as eleições 2010 é o tema principal do “V Seminário Eleitoral no Triângulo Mineiro”, que está acontecendo hoje, 28 de maio, na cidade de Uberlândia. Os principais objetivos do evento são prestar esclarecimentos, preparar e orientar juízes e promotores eleitorais, servidores da Justiça Eleitoral, prefeitos e vereadores, servidores e assessores municipais, candidatos e estudantes para a legislação eleitoral, por meio das resoluções do TSE editadas para o pleito deste ano.

O evento, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MG juntamente com a Amagis – Associação dos Magistrados Mineiros e a Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, com parceria da AMVAP – Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba, acontece no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (Avenida Belo Horizonte, 1.290, Bairro Martins, Uberlândia) até as 18h. Cerca de 500 pessoas se inscreveram para o seminário.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Fernando Gonçalves, que também foi ministro do Tribunal Superior Eleitoral nos últimos dois anos, esteve entre os palestrantes da manhã e falou sobre a “Lei Complementar 64/90 – Aspectos gerais com ênfase nas condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais”. De acordo com o ministro, “em matéria eleitoral, o fundamental é a segurança e, portanto, não se pode errar”.

Já o juiz José do Carmo Veiga de Oliveira, diretor executivo da Escola Judiciária Eleitoral do TRE, reafirmou a preocupação fundamental dos realizadores do seminário de assegurar o exercício de cidadania a todos os que estão envolvidos neste processo, que são os quase 140 milhões de eleitores brasileiros.

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, e o procurador da República José Jairo Gomes também estiveram entre os palestrantes desta manhã. O seminário continua na parte da tarde com palestras sobre recursos nas campanhas eleitorais, propaganda eleitoral, poder de polícia do juiz nas eleições gerais e o voto do preso provisório.



Direito em Ação ELEITORAL
28/05/2010 - 18:14

Seminário em Uberlândia debate legislação para as eleições 2010

A aplicação da legislação para as eleições 2010 é o tema principal do “V Seminário Eleitoral no Triângulo Mineiro”, que está acontecendo hoje, 28 de maio, na cidade de Uberlândia. Os principais objetivos do evento são prestar esclarecimentos, preparar e orientar juízes e promotores eleitorais, servidores da Justiça Eleitoral, prefeitos e vereadores, servidores e assessores municipais, candidatos e estudantes para a legislação eleitoral, por meio das resoluções do TSE editadas para o pleito deste ano.

O evento, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MG juntamente com a Amagis – Associação dos Magistrados Mineiros e a Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, com parceria da AMVAP – Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba, acontece no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (Avenida Belo Horizonte, 1.290, Bairro Martins, Uberlândia) até as 18h. Cerca de 500 pessoas se inscreveram para o seminário.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Fernando Gonçalves, que também foi ministro do Tribunal Superior Eleitoral nos últimos dois anos, esteve entre os palestrantes da manhã e falou sobre a “Lei Complementar 64/90 – Aspectos gerais com ênfase nas condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais”. De acordo com o ministro, “em matéria eleitoral, o fundamental é a segurança e, portanto, não se pode errar”.

Já o juiz José do Carmo Veiga de Oliveira, diretor executivo da Escola Judiciária Eleitoral do TRE, reafirmou a preocupação fundamental dos realizadores do seminário de assegurar o exercício de cidadania a todos os que estão envolvidos neste processo, que são os quase 140 milhões de eleitores brasileiros.

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, e o procurador da República José Jairo Gomes também estiveram entre os palestrantes desta manhã. O seminário continua na parte da tarde com palestras sobre recursos nas campanhas eleitorais, propaganda eleitoral, poder de polícia do juiz nas eleições gerais e o voto do preso provisório.

Fonte: TRE-MG

TRE/MG (SITE) • 28 DE MAIO DE 2010

Magistrados da Justiça Eleitoral participam de Ciclo de Debates na Assembleia

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, desembargador José Antonino Baía Borges, e os ministros do Tribunal Superior Eleitoral Cármen Lúcia e Joelson Costa Dias participam, na próxima segunda-feira (31), de um Ciclo de Debates sobre Legislação Eleitoral e Eleições 2010, que será promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e o Instituto dos Advogados de Minas Gerais, em parceria com o TRE e a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Também estão previstas, na programação do evento, as participações do ex-presidente do TRE-MG desembargador Almeida Melo e do diretor da Escola Judiciária Eleitoral, juiz José do Carmo Veiga de Oliveira.

Serão tratados assuntos como as inovações na legislação eleitoral, com destaque para financiamento, propaganda e prestação de contas de campanha, bem como os ilícitos eleitorais.

Outros nomes de destaque estão entre os expositores e debatedores, como os ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal (STF) Sepúlveda Pertence e Carlos Velloso, representantes do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, dos Institutos Paranaense de Direito Eleitoral e de Direito Eleitoral do Distrito Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG), do TRE-MG, do MCCE e do Ministério Público.

JusBrasil

Notícias

Buscar Notícias

NotíciasLegislaçãoJurisprudênciaDiários Oficiais+ Mais

Presidente da Amagis reúne-se com juízes de Uberlândia

Extraído de: Associação dos Magistrados Mineiros - 28 de Maio de 2010

Os juízes de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, receberam hoje, no Fórum Aberlado Penna, o presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, acompanhado do juiz Gilson Soares Lemes, diretor da Amagis Jurídica. A pauta do encontro foi uma representação que tramita no CNJ e atinge, potencialmente, mais de 400 magistrados em atividade, muitos dos quais titularizados em Uberlândia. O presidente da Amagis reafirmou aos presentes a posição da Associação em defesa dos magistrados. Todos os magistrados terão, gratuitamente, a representação de sua defesa administrativa, neste primeiro instante, e judicial, se for o caso. A entidade não ficará calada diante da possibilidade de absoluto tumulto que desinteressa não apenas ao Judiciário, como Poder, e aos juízes individualmente, mas, sobretudo, à população que ficaria privada da jurisdição caso a representação vingue. Trata-se portanto de um compromisso da Amagis pelo bem do magistrado, da magistratura e da sociedade mineira, disse.

Para o juiz Gilson Soares Lemes, com a continuidade da política de interiorização das ações da Amagis, o presidente Bruno Terra busca democratizar a administração, permitindo aos juízes do interior manifestarem suas preocupações, seus desejos e suas angústias. Hoje, todos os magistrados buscaram o apoio do presidente em questões que os afligem e ele colocou, como sempre, a Amagis em busca dos interesses da magistratura. Achei a reunião de grande importância, afirmou.

O juiz Paulo Fernando Naves, diretor tesoureiro da Seccional da Amagis em Uberlândia, afirmou que o encontro realizado com o presidente da Amagis foi extremamente importante. Tratamos de assuntos que afligem os magistrados e o resultado foi muito positivo. A Amagis tranquilizou os juízes e mostrou que vai desenvolver um trabalho na defesa do interesse de toda a classe. Esse é o cume do trabalho associativo, afirmou o juiz.

Essa integração da diretoria no interior é primordial e não podemos perder esse norte. A reunião realizada com o presidente da Amagis foi muito proveitosa, todos os colegas ficaram muito satisfeitos, afirmou a juíza Maria Luíza Assunção, Diretora Secretária da Amagis.

A reunião foi bastante proveitosa e faz com que o juiz do interior se sinta prestigiado, afirmou a juíza Maria das Graças Rocha Santos.

O juiz Bruno Terra está em Uberlândia onde participa do Seminário Eleitoral no Triângulo Mineiro. O evento, realizado nesta sexta-feira, 28, é promovido pela Amagis e pela Escola Judiciária Eleitoral do TREMG com parceria da AMVAP (Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba).

Últimas

Notícias

O FATO EM PRIMEIRA MÃO

NOTÍCIAS

2/7/2010 - 9h38m

INVESTIGANDO DENÚNCIAS

Audiência na ALMG provocada por Arantes possibilita direito de resposta à juíza e a agentes

Lideranças enaltecem clima de segurança em São Sebastião do Paraíso e elogiam trabalho realizado pela magistrada

Da redação

Fonte: Assessoria parlamentar

As comissões de Segurança Pública e Direitos Humanos se reuniram na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no dia 30 de junho, a pedido do deputado Antônio Carlos Arantes/PSC para dar o direito dos atores políticos de São Sebastião do Paraíso colocarem suas opiniões sobre a postura e o trabalho da juíza da Vara Criminal daquele município, Edna Pinto, e de agentes penitenciários no que disse a respeito as denúncias de tortura de detentos no presídio da cidade. Como propositor, Arantes foi o primeiro a expor sua opinião. Segundo o parlamentar, há três anos, Paraíso estava sem controle. *“Enquanto havia protestos por parte da população, havia assaltos há poucos metros dali. Tínhamos uma média de quase 15 assassinatos por ano. Quando trabalhei na prefeitura por dois anos e três meses, não havia uma semana que não tínhamos que cuidar dos túneis provocados pelos presos que tentavam fugir da cadeia”*, enumerou.

O deputado chegou a dizer que *“um porco no chiqueiro vivia melhor que o preso em Paraíso naquela época, não havia espaço para o preso dormir”*.



Então o parlamentar contou que, com os investimentos realizados pelo Governo de Minas, o trabalho rígido da juíza Edna Pinto, a criação da guarda municipal pela Prefeitura com o apoio incondicional da Câmara, os números se inverteram para melhor. Arantes relatou que, nos últimos 16 meses, foram registrados apenas dois assassinatos, um deles com suspeita de ter sido um suicídio. *“Hoje temos em Paraíso aquilo que chamávamos de utopia, uma sensação de segurança”*. Ao terminar a sua fala, o parlamentar lamentou que a visita das comissões à cadeia de Paraíso realizada na surdina não tivesse a participação dele e de atores políticos importantes na cidade, interessados em saber das reais condições do presídio. *“Eu que sempre sou chamado para compor às reuniões de Comissões de Direitos Humanos pela falta de quórum e por ser um deputado da cidade, teria que estar obrigatoriamente nesta visita, foi de se estranhar a condução desta visita”*.

O presidente da Câmara de Paraíso, vereador Ailton Sillos/PSC disse que a cidade chegou a entrar em um estado de caos, mas depois que o Estado interveio em parceria com o Executivo, Legislativo e Judiciário o cenário de segurança mudou para melhor: *“Queremos mostrar a solidariedade ao trabalho que vem sendo realizado pela doutora Edna Pinto”*. O vice-prefeito Márcio da Silveira endossou a palavra de Sillos.

O advogado Jefferson Rodrigues Faria, que defende o ex-diretor adjunto do presídio de São Sebastião do Paraíso, Oswaldo Rattis Júnior, ressaltou que seu cliente não teve direito de defesa nenhum e lamentou a ausência de Luciana Nobre da Corregedoria da Secretaria de Estado de Defesa Social, que ordenou na época a exoneração de Oswaldo, que poderia estar supostamente envolvido nas torturas dos presos. Tanto o advogado como o próprio ex-diretor adjunto do presídio disseram que não ocorriam anormalidades no local e que lá sempre esteve aberto para todos verem o que era feito.

O pastor Cilas da Silva Campos, que trabalha recuperando detentos, testemunhou também na audiência a sua impressão positiva em relação a maneira ordeira e democrática conduzida pela juíza Edna Pinto. Na mesma linha de discurso, o presidente da OAB de Paraíso, Antônio Carlos Pelúcio, defendeu a conduta da magistrada, disse que, antes das medidas tomadas pela doutora Edna, o clima na cidade era bizarro e se mostrou indignado por não ter sido convidado a participar também da visita das comissões no presídio em Paraíso em maio deste ano.

O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS), Bruno Terra, defendeu uma melhor estrutura de suporte de trabalho para as varas criminais e elogiou bastante as medidas de combate à criminalidade realizadas pela juíza Edna Pinto.

Minas

PÁGINA 1 - BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 21/6/2010 - minas@hojemdia.com.br

Sem fiscalização e sem respeito

No supermercado, no banco ou nos ônibus, idosos convivem, diariamente, com o descumprimento do Estatuto

FELIPE TORRES
REPÓRTER

"Nossa, como o trabalho foi cansativo hoje". "A correria está demais". Maria José Graciane, 86 anos, conhecida como Lia, perdeu as contas de quantas desculpas já escutou ao se deparar com uma pessoa ocupando o assento preferencial dos ônibus ou tumultuando os caixas prioritários aos idosos nos estabelecimentos comerciais. Mesmo consciente dos seus direitos, oficializados no Estatuto do Idoso (Lei Nacional 10.741/2003), Lia prefere, na maioria das vezes, não reivindicá-los. "A educação é a base de tudo. Eu mantenho a minha. Pena que com os demais cidadãos não seja assim", lamenta.

No entanto, uma experiência no Centro de Belo de Hori semana, fez Lia repensar a sua participação social no combate de "desrespeito". Dando prioridade de reportagens que estão no papel, mas não no dia a dia, o HOJE EM DIA para a "esconder" ao se sentir prejudicado", alerta Braga.

referentes ao atendimento, prestadores de serviço coletivo. O resultado:

"Achei que a loteria, ao banco e utilizou du

Em Minas G terceira idade (a sentam 12,4% d

Metropolitana de BH (RMBH), este percentual chega a 13,8%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE), de 2008. E desde 1997, a legislação da capital – Lei Municipal 7.317, alterada pela 9.740/2009 – também regulamenta o atendimento prioritário (incluindo gestantes, mães com crianças de colo e portadores de deficiência) e prevê multa de R\$ 212 aos infratores. Porém, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), por meio da Coordenadoria e do Conselho do Idoso, confirma que só procura os estabelecimentos irregulares após denúncias, pois a fiscalização nas ruas é inexistente.

"Ainda não aplicamos multas e temos trabalhado, no momento, com campanhas educativas. Se recebemos uma denúncia, marcamos uma visita

Conscientização de jovens e crianças

Lia acredita que, além da educação, é necessário

incentivando a despertar tal consciência. "A grande maioria dos idosos conhece os seus direitos, mas quem está a sua volta não. É preciso disseminar estes valores, começando pelas escolas."

O juiz e ex-diretor de Cidadania e Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Carlos Frederico Braga, concorda com Lia e acrescenta que a legislação será efetivada, na prática, quando for completamente assimilada pela sociedade.

"Não se muda a opinião pública de uma hora para outra. O processo é demorado e ocorre com a ampla fiscalização e, principalmente, divulgação. Para isso, o idoso tem que procurar os órgãos públicos e denunciar. Ele não pode se

'esconder' ao se sentir prejudicado", alerta Braga.

É o caso de Raimundo Ferreira, 68 anos, que nunca procurou ajuda e segue enfrentando as "viagens" de Belo Horizonte ao Bairro Jardim do Lago, em Contagem, na RMBH, em pé. "Sinto dores na perna e meu corpo pesa. Culpa do pessoal que não respeita os assentos reservados a nós. Cus- a, então, eles integram todo o sistema transporte coletivo com mecanismos similares?", questiona Ferreira, referindo-se ao cartão adotado pela BHTrans, o BHBusster, que possibilita o acesso dos idosos de trás do ônibus. Nas linhas intermunicipais, de competência do Departamento de Estradas de Rodagens de Minas Gerais (DER/MG), o cartão não é aceito. Enquanto as resoluções e medidas legais tem em ficar na teoria, Lia pede que os vençamos os obstáculos e levemos a sua maneira mais saudável e feliz possível. canso de bater perna. Pelo menos algumas por semana vou ao forró para me ir, faço atividades físicas e até dou aulas. Adoro aparecer", brinca.

ESTADO DE MINAS • DOMINGO, 6 DE JUNHO DE 2010

25

GERAIS

JUSTIÇA

ESTRANGULADA EM MINAS

Estado tem um déficit de 35% de titulares nas varas criminais e cíveis. Sobrecarga é de 4,7 mil processos por juiz, o que torna o trâmite moroso e deixa bandidos livres

PAULO HENRIQUE LOBATO

O Judiciário de Minas Gerais clama por socorro. A Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Tribunal de Justiça (TJ) prevê 1.327 juízes para as varas cíveis e criminais do estado, mas as comarcas contam com apenas 860 — ou seja, 65%. O déficit de 35% sobrecarrega os magistrados: há quase 4,1 milhões de processos tramitando em primeira instância — média de 4,7 mil por juiz. Na esfera cível, o problema é a morosidade. Já a criminal deixa a sociedade insegura diante de criminosos que ganham a liberdade porque os processos de prisão preventiva não são julgados no prazo legal, como ocorreu em Varginha, no Sul de Minas, onde o juiz Orlson Hoffman soltou, de janeiro a maio, 25 presos considerados perigosos.

Hoffman respondia por cerca de 6 mil processos até 19 de maio, quando o TJ escalou um auxiliar para ajudá-lo. A situação é mais grave em dezenas de outras comarcas. A campeã de processos é a vara de precatórios e cíveis de Belo Horizonte, que recebeu 36,7 mil ações em 2009 — média mensal de 3.059. Em Santa Luzia, na região metropolitana, a 3ª Vara Cível acumula perto de 13 mil processos, que se amontoam em pilhas no gabinete do juiz Rogério Santos Araújo Abreu. Não bastasse essa demanda, ele responde também pela 2ª Vara Cível, cujo titular está de férias, e pelo Juizado Especial.

“Temos, na comarca, três varas cíveis e uma criminal. Mas a previsão (na Lei de Organização) é de 12 varas”, diz Abreu, que este ano acumula ainda o posto de juiz eleitoral. “Como Minas tem quase 20 milhões de pessoas e há 860 juízes de primeira instância e 130 desembargadores, a proporção é de um juiz para cerca de 20 mil moradores. Nos EUA, há um para 8 mil pessoas. Na Alemanha, um para 4 mil. Na Argentina, um para 9 mil”, compara Bruno Terra Dias, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

O lento trâmite de processos e para evitar a soltura de presos por decurso de prazo é alterar um percentual fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, sancionada há 10 anos pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A norma, aprovada no Congresso para impedir que gestores dos três poderes gastem mal o dinheiro público, determina que o Judiciário use o máximo de 6% da receita líquida dos estados

(custo com o) Judiciário”, acrescentou o presidente da Amagis. A falta de margem para aumentar a máquina da Justiça prejudica a comarca de Uberaba, no Triângulo, onde funcionários trabalham além do expediente.

De 4 de janeiro a 21 de maio, foram protocolizados 57.422 documentos — média mensal de 11.485. E temos só dois funcionários”, informa o juiz Wagner Guerreiro, que fez uma estatística dos processos na comarca: cada uma das cinco varas cíveis de Uberaba recebeu, em média, 132 ações por mês este ano. Nas três varas de família, 128 para cada. Nas três criminais, 123. Na de execução judicial, 154. E 114 para cada uma das três do Juizado Especial. “Levando em conta a média de 20 dias úteis por mês, cada juiz das cíveis teria que sentenciar 6,6 processos por dia. Os de família, 6,4. Os das criminais, 6,1. O da execução, 7,7. Os do Juizado Especial, 11”, lista Guerreiro.

Ele aumenta o coro favorável a mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal: “Ela é necessária, mas foi editada de forma burra. O maior patrimônio do Judiciário é seu pessoal. Há servidores que cumprem mais dos que as seis horas de expediente”. A situação só não é pior por causa do esforço do TJ em aumentar o número de varas cíveis e criminais. Desde 2008, foram implantadas varas e criados 29 cargos de juízes auxiliares nas comarcas fora de BH e 15 para a capital.

RAIO X DO JUDICIÁRIO EM MINAS GERAIS

- ✓ Processos tramitando em 1ª instância: 3.435.993
- ✓ Processos tramitando nos Juizados Especiais: 660.501
- ✓ Processos tramitando em 2ª instância: 124.294
- ✓ Número de juízes previstos na Lei de Organização e Divisão Judiciárias: 1.327

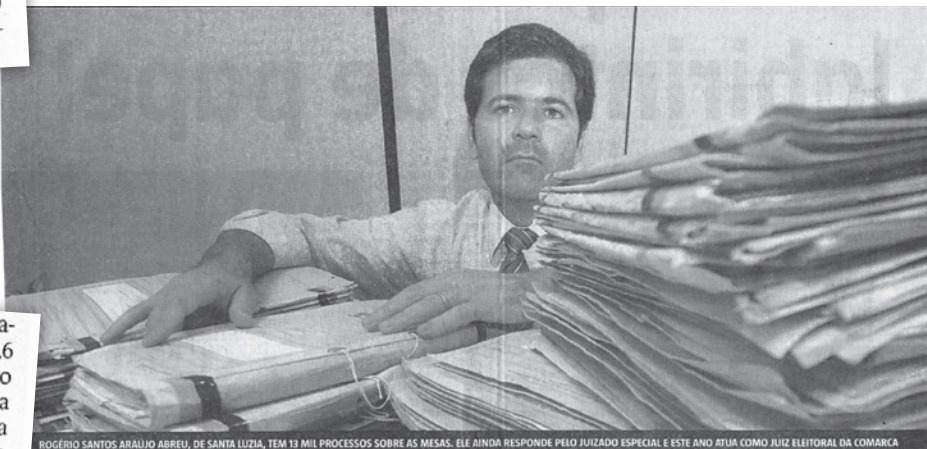
DÉFICIT DE JUÍZES NA 1ª INSTÂNCIA: 426

- ✓ Juízes de 1ª instância: 860
- ✓ Juízes de 2ª instância: 128 desembargadores. Outros dois vão ser indicados pelo quinto constitucional, sendo um pelo Ministério Público Estadual e outro pela seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - MG)

NÚMERO DE SERVIDORES: 15.393

- ✓ Conciliadores: 2.543
- ✓ Estagiários e terceirizados: 7.297
- ✓ Orçamento para 2010: R\$ 2,6 bilhões
- ✓ Gasto com pessoal: 5,7% da Lei de Responsabilidade Fiscal (permite até 6%)

Fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)



ROGÉRIO SANTOS ARAÚJO ABREU, DE SANTA LUZIA, TEM 13 MIL PROCESSOS SOBRE AS MESAS. ELE AINDA RESPONDE PELO JUIZADO ESPECIAL E ESTE ANO ATUA COMO JUIZ ELEITORAL DA COMARCA

Em Minas, o percentual deixou o TJ engessado: os 6% representam um orçamento de R\$ 2,6 bilhões para 2010, mas a folha de pagamento do tribunal fechará o ano em 5,7% da receita corrente líquida do estado. “A lei foi aprovada numa época em que não havia dados sobre o